

## DE HORTO FLORESTAL A PATRIMÔNIO AMBIENTAL – UM OLHAR DA HISTÓRIA AMBIENTAL DE RIO CLARO (SP)

Júlia Amabile Aparecida de Souza Pinto <sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo tem o objetivo de historicizar, em uma abordagem da história ambiental, a cidade de Rio Claro onde está localizada a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, ou, como ainda é popularmente conhecido, o antigo horto. Ao historicizar a relação de Rio Claro com o antigo horto, evidencia-se nesse texto a sociedade que se formou no entorno do espaço e as particularidades que envolveram sua transformação em um patrimônio ambiental, objeto de proteção de duas tutelas pelo Estado.

**Palavras Chaves:** Horto Florestal; Patrimônio Ambiental; História Ambiental.

## DE BOSQUE FORESTAL A PATRIMÔNIO AMBIENTAL - UNA MIRADA A LA HISTORIA AMBIENTAL DE RIO CLARO (SP)

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo historiar, en un acercamiento a la historia ambiental, la ciudad de Rio Claro donde se ubica el Foresta Estatal Edmundo Navarro de Andrade o, como aún se conoce popularmente, el antiguo bosque. Al historiar la relación entre Rio Claro y el antiguo bosque, este texto muestra la sociedad que se formó alrededor del espacio y las particularidades que implicó su transformación en patrimonio ambiental, objeto de protección de dos tutelas por parte del Estado.

**Palabras Clave:** Bosque Forestal; Patrimonio Ambiental; Historia Ambiental.

### **Breve apresentação**

No passado, dentro do que se classificou como Oeste Paulista, a cidade de Rio Claro foi estratégica para o avanço da fronteira cafeeira pelo interior

---

<sup>1</sup> Graduada em História, com especialização em Ensino de História e História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em História pelo programa de Pós-Graduação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora de História na Prefeitura Municipal de São Paulo (lattes: <http://lattes.cnpq.br/3979304969468195>). Esse artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada como História e Patrimônio Ambiental: Um Estudo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro - SP (1974-2002). E-mail: ju\_amabile@hotmail.com.

do estado e importante centro ferroviário (Figura 1), conferindo a cidade um processo de urbanização peculiar na segunda metade do século XIX.

**FIGURA 1** – Fotografia da inauguração da estação de trem, Rio Claro (SP)



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/rioclaro.htm>

Por essa identidade ferroviária é possível visualizar na parte central da cidade, os galpões das oficinas da época da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF), além de partes de vagões, linhas e uma estação de trem, atualmente usada com terminal de ônibus.

Um pouco distante dessa estrutura da ferrovia, também aparece uma área majoritariamente composto por eucaliptos. Quem não conhece sua história e observa do centro da cidade, a partir das rodovias, ou outros pontos, pode inferir que se trata de mais uma área de reflorestamento de eucalipto, paisagens comuns nas rodovias que levam ao interior, partindo de São Paulo.

Com um total de 2.230,53 hectares, nessa área, conhecido como antigo horto, foram plantadas mais de cem espécies de eucaliptos e também árvores nativas (MARTINI, 2004; CASTELANNO, 2015; PAGANI, ZANCHETA, 2015).

Divulgado como um dos atrativos turísticos<sup>2</sup> de Rio Claro, é aberto à população, que pode acessá-lo por meio de caminhadas ou meios de

---

<sup>2</sup><https://www.visiterioclaro.com.br/cultura-e-lazer/floresta-estadual-edmundo-navarro-de-andrade/>. Acesso em: 11 de fev. de 2021.

transporte particulares (moto, bicicleta, carro) e utilizar o espaço (Figura 2) para fins recreativos, educacionais e esportivo.

**FIGURA 2** – Fotografia aérea, Antigo Horto de Rio Claro (SP)



**Fonte:** Sem autoria, s/d – Acervo do Arquivo Público de Rio Claro “Oscar Penteado”

A importância que ganhou na vida e memória da cidade de Rio Claro se traduz na luta por sua preservação, primeiro foi tombado como patrimônio natural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico, Arquitetônico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT) em 1977 e categorizado como unidade de conservação (UC) do tipo Floresta Estadual (2000), sendo denominada Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (2002). Essa nova classificação seguiu os parâmetros do Sistema Nacional Unidades de Conservação (SNUC).

### **Metodologia**

Nesse trabalho, compreende-se o horto como Patrimônio Ambiental (ALMEIDA, 2004; PELEGRINNI, 2006; ARRUDA, 2006), um conceito amplo que auxiliou entender a história de sua preservação na política cultural e ambiental, os discursos de valoração de sua natureza, as tensões e contradições de sua gestão como patrimônio (PINTO, 2018). Em outras palavras, compreender o horto como patrimônio ambiental ajudou a problematizar a relação sociedade e natureza em uma perspectiva histórica.

Considerando esses apontamentos, esse artigo explora a relação do horto com a cidade de Rio Claro, sua ligação com a ferrovia e como sua concepção se insere nas discussões de proteção à natureza na primeira metade do século XX.

Para tanto, optou-se por utilizar abordagem da história ambiental<sup>3</sup>, utilizando contribuições de autores como Donald Worster (2003), que afirma que a história ambiental pode operar em três níveis de análise: o primeiro nível é preciso entender como a natureza estava organizada no passado; no segundo nível o historiador deve entender o processo de transformação da natureza através dos modos de produção, que além de possibilitar as mudanças nas relações humanas também o fazem em relação à natureza. No terceiro nível o historiador estuda as representações, percepções, valores, comportamentos que os grupos humanos constroem sobre a natureza.

Para esse trabalho utilizou-se, em especial, o segundo e terceiro níveis de análise: como meio ambiente e sociedade se moldaram e transformaram, no horto e meio urbano, assim como as relações e percepções sobre esse espaço. Compreende-se também que nessa lógica, os níveis não seguem necessariamente uma ordem.

Essa abordagem histórica parte de uma perspectiva regional e local, que focaliza a produção econômica que houve na cidade e região. Como sugere Drummond (1991), tal perspectiva permite a revisão dos ciclos econômicos sob o enfoque na natureza e “[...] identificar em escala regional e local, que tipos de sociedade se formaram em torno de diferentes recursos naturais, que permanências tiveram essas sociedades e que tipos de consequências elas criaram para os seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedades” (DRUMMOND, 1991:18).

Por fim, ao pensar a interação entre natureza e sociedade, a partir de um olhar local, outro expediente importante da história ambiental, por seu

---

<sup>3</sup> A história ambiental se caracteriza, de forma geral, como um estudo que aborda as questões ambientais no tempo e encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação, ou sobre outro prisma, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir delas, a análise das relações que se estabelecem com o mundo natural (MARTINEZ, 2006).

caráter interdisciplinar, são os diálogos com outras áreas do conhecimento, que possibilitam aprofundar no que é específico e singular, principalmente para superar o senso comum e estudos generalizantes (LEONARDI, 1999).

### **Aspectos geográficos e estudos arqueológicos**

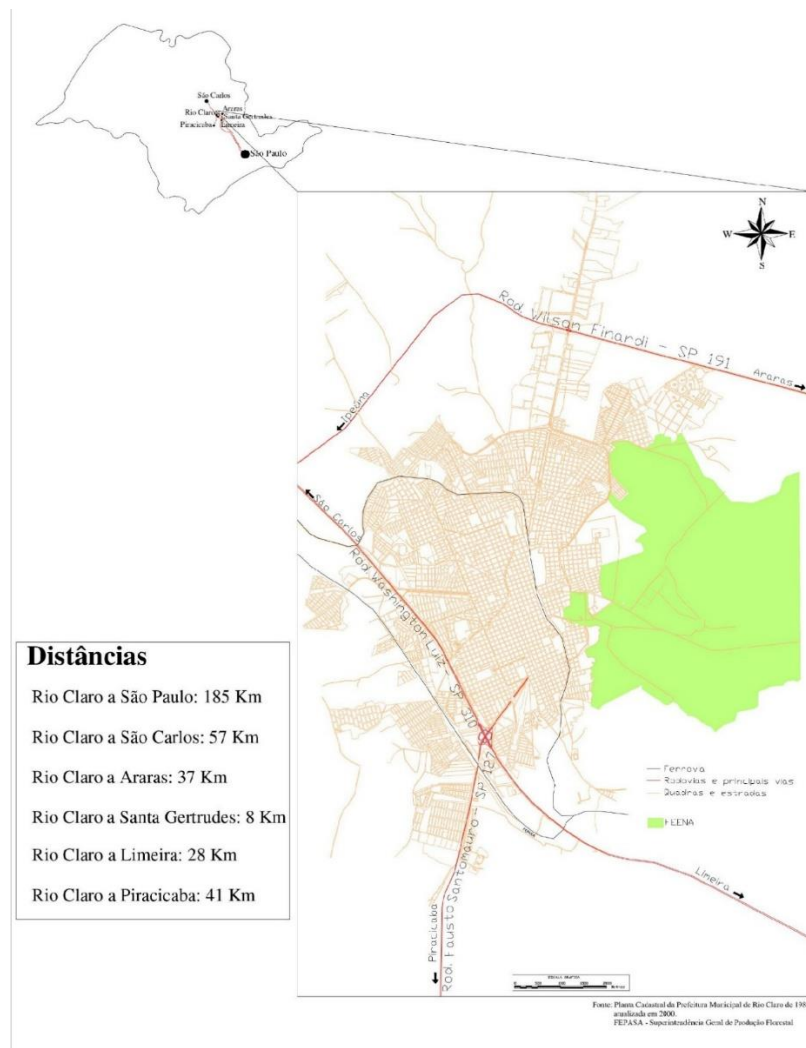
A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA) tem a maior parte da sua área do município de Rio Claro<sup>4</sup>, distante cerca de 180 km da capital (Figura 3), possui uma área de 503 km<sup>2</sup>. Segundo IBGE (2010) a população da cidade é cerca de 186.256 habitantes<sup>5</sup> e desses, 90% residiam na área urbana.

**FIGURA 3** – Mapa de Localização da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro (SP)

---

<sup>4</sup> A cidade de Rio Claro é circundada por pequenos municípios como Santa Gertrudes, Corumbataí, Itirapina, Ipeúna, Analândia, Itacemópolis e por cidades de médio porte como Limeira, Piracicaba e Araras. Essa região possui um importante micro bacia hidrográfica para o Estado de São Paulo e recentemente encontra-se em discussão a proposta de criação de Geoparque nessa região.

<sup>5</sup> As estimativas demográficas para 2020 era que a população chegasse a 208.008 mil pessoas.



A região de Rio Claro está localizada no centro do estado, na chamada Depressão Periférica, e tem como características geomorfológicas um compartimento topográfico rebaixado, apresentando um relevo de colinas suaves, formando um corredor de aproximadamente 80 a 100km de largura, e altimetria entre 500 e 700 m (TROPMAIR, 1992; ARAÚJO, 2001;).

Dentro dessa Depressão Periférica corre a bacia hidrográfica do médio Corumbataí<sup>6</sup>, que além desse, tem outros três rios: Ribeirão Claro, o rio Passa

<sup>6</sup> Essa bacia é protegida por dois decretos. O primeiro de no. 20.960 de 08/06/1983 definiu Área de Proteção Ambiental (APA) do Corumbataí-Botucatu e Tejuapá (SÃO PAULO, 2005:105), este foi referente ao perímetro do Corumbataí e tem como finalidade a proteção das cuestas basálticas, recursos hídricos superficiais e aquífero Guarani, remanescentes de vegetação nativa e patrimônio arqueológico. O segundo decreto estadual no. 26. 882 de 1987, criou a APA Piracicaba – Juquere Mirim. Essa APA compreende alguns municípios como Corumbataí, Ipeúna e Rio Claro, e tem a finalidade de zelar pela qualidade e quantidade das águas de



Cinco e rio Cabeça, que ainda conta como afluentes: Ribeirão João Pinto, Rio dos Pereira, Córregos da Barreira, da Servidão, Ibitinga e Santo Antônio. Sendo a bacia do Corumbataí uma das sub-bacias de maior importância para bacia do rio Piracicaba e está para o rio Tietê.

O Ribeirão Claro nasce no município de Corumbataí, tem a maior parte do seu percurso na cidade de Rio Claro e em parte da FEENA, percorrendo aproximadamente 40 km até desaguar no rio Corumbataí na Usina Hidrelétrica do Corumbataí ainda em Rio Claro. Os dois rios são responsáveis pelo abastecimento da população rioclarense e, atualmente, em maior ou menor grau, estão poluídos.

Rio Claro faz parte do Oeste Paulista, região que ficou famosa pela “terra roxa” (atualmente classificado como Nitossolo Vermelho)<sup>7</sup>, o solo mais fértil e propício para a agricultura. Contudo, como Pierre Monbeig (1984) apontou, esse solo famoso é menos comum do que se imaginava, cobrindo apenas 2% de toda a região em dimensões modestas.

Dos solos que recobrem a área de Rio Claro, a área territorial é formada pela ordem dos solos Argissolos, Latossolos e Neossolos. Esses têm uma subdivisão<sup>8</sup> por cores, textura, entre outras características. Desses, a ordem dos Latossolos são os mais aptos para agricultura, com a “terra roxa”, em menor escala, sendo encontrada onde hoje estão a cultura do açúcar e parte da FEENA. (DIAGNÓSTICO, 2014)

Entre os séculos XVII e XIX, Rio Claro é descrita como uma área de fronteira ecológica entre o cerrado e a floresta estacional semidecidual (TROPPIAIR 1992; ARAÚJO, 2001). Essa paisagem é narrada poeticamente por

---

abastecimento público dos núcleos urbanos situados na bacia do Rio Corumbataí (BENINI, 2009).

<sup>7</sup> Sobre a atual classificação de solos: <https://www.embrapa.br/solos/sibcs/classificacao-de-solos>. Acesso em: 11 fev. de 2021.

<sup>8</sup> As subordens dos solos encontrados no município são representadas pelas classes dos Argissolos Vermelhos - Amarelos (PVA); Latossolos Vermelhos (LV) e Latossolos Vermelhos – Amarelos (LVA) e Neossolos Litólicos (RL). Os solos de Rio Claro também são ricos em jazidas de calcário e argila, tonando a região uma das mais importantes em mineração do Estado de São Paulo, em especial a atividade de extração da argila com forte impacto ambiental (DIAGNÓSTICO, 2014).

Warren Dean no livro “Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura – 1840 a 1920” (1977)

No princípio do séc. XVII, parte destas terras era coberta de campos cerrados- de solo arenoso e leve pontilhado de arbustos e árvores- mas quase tudo era floresta [...] É uma visão maravilhosa. A luz da manhã filtra-se desde um dossel de árvores de troncos lisos e folhas delicadas - cabreúvas, perobas, jequitibãs – atravessando um emaranhado de cipós e lianas. As figueiras bojudas parecem ameixas semidestruídas, impotentes sob o peso das samambaias e trepadeiras [...] (DEAN, 1977: 19).

Sobre a presença de grupos humanos, pesquisas arqueológicas<sup>9</sup>(ALTEFENDER SILVA,1968) e (MILLER JR, 1969) na região indicaram a existência de antigos sítios, inclusive em área da FEENA<sup>10</sup>, com horizontes líticos em nível pré-cerâmico antigo datados entre 5.000 a 3.000 AP (antes do presente); um nível pré-cerâmico mais recente, entre 3.000 e 1.000 AP; e cerâmicos entre 1.000 AP e a época da colonização portuguesa, os últimos de Tradição Tupi Guarani e Tradição Itararé (ARAÚJO, 2001: 129).

### **Sertões do Morro Azul - São João (Batista) de Rio Claro**

Considerando essa ocupação antiga e pré-colonial, o recorte dessa pesquisa parte dos séculos XVIII e XIX e perpassou a leitura crítica de historiadores, geógrafos e memorialistas. Entre eles, o já citado historiador estadunidense Warren Dean (1977), que estudou a região na perspectiva da

---

<sup>9</sup> Pesquisas dos anos de 1960, desenvolvidas na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (FAFI) que posteriormente se transformou na Universidade Paulista “Júlio Mesquita” (UNESP).

<sup>10</sup> De acordo com informações obtidas no plano de manejo de 2005, trata-se do sítio denominado Pitanga. O sítio foi registrado por Tom O. Miller Jr. em 1969 e protegido pelo Decreto Municipal no. 4.150 de 19 de abril de 1990, que o define como área de “preservação arqueológica municipal o subsolo” e abrange os bairros Vila Paulista e Cidade Nova, onde corta o córrego Lavapés. No plano de manejo de 2005 essa área foi inserida no setor Zona Histórico-Cultural.



história social e econômica com um olhar para as transformações na paisagem de Rio Claro e região.

Rio Claro é descrita por Dean (1977:20) como “Boca de Sertão” e, apesar de referenciar as ocupações antigas, o autor afirmou “[...] Essa vasta região de solo fértil e clima temperado, uma fronteira de terras inexploradas, estava aberta à ocupação pioneira”. Essa expressão é muito comum para descrever regiões que ao servirem de caminho para tropas no século XVII e XVIII a caminhos de Goiás, Mato Grosso, acabaram por fundar povoados, que mais tarde se tornariam cidades<sup>11</sup>.

O caminho dos viajantes passava por matas conhecidas por sertão do “Morro Azul” (uma extensão de terra que chegava a Mogi Mirim e Araraquara) possivelmente por uma rota indígena, Tatuibi-Limoeiro (Tatu, Limeira e Morro Azul), e depois seguia pelos sertões de Araraquara (TROPMAIR, 1993).

É consenso entre os autores que Rio Claro teve sua formação próxima às margens do córrego da Servidão e também do Ribeirão Claro (DEAN, 1977; PENTEADO, 1978; TROPMAIR, 1993).

A população que ocupou essa região era formada por pequenos posseiros, também chamados de caboclos, em sua maioria uma população mestiça, que praticavam atividades econômicas de subsistência. Ainda que em pequena escala era feita de maneira predatória e sem muito rigor (DEAN, 1977).

Esse processo promoveu impactos no solo, por vezes lento, com acentuada derrubada das florestas. Além disso, também promoveu um comércio local que se ampliou, permitindo o estabelecendo de um novo *status* para o pequeno povoado.

O impacto seria ampliado a partir da projeção que a região passou a ocupar para os interesses econômicos do governo imperial. As terras foram doadas pelo regime de sesmaria à elite da época, um pouco antes da sua extinção em 1822. Isso ocorreu devido aos excedentes financeiros gerados

---

<sup>11</sup> Sueli de Bem (2014) ao descrever a história de reocupação da cidade de Jundiá, também a descreve como Boca de Sertão.

pela economia colonial, acumulados principalmente pelos fazendeiros do litoral e por comerciantes que precisavam reinvestir em novas terras e em mais lavouras.

A lógica administrativa da época optou por entregar essas terras “livres” a uma elite, que continuaria investindo na grande propriedade e mão de obra escrava, sem investir no pequeno proprietário que já havia se estabelecido na região.

Como conseqüências, foi se formando o que Dean chamou de sistema de grandes lavouras. As primeiras sesmarias foram vendidas por seus donatários, gerando um mercado lucrativo, já que essas terras foram divididas em outras, produzindo “[...] uma economia de mercado ativa” (DEAN, 1977: 30).

Entre esses fazendeiros donatários, se destacam Joaquim Galvão e França Manoel de Barros Ferráz, que conseguem do governador da província de São Paulo da época, a primeira sesmaria dos sertões Morro Azul. Essa rapidamente foi vendida aos senhores Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, conhecido depois por ser proprietário da fazenda Ibicaba com experiência de trabalho livre, Marcelino de Godoy e Antônio Paes de Barros, posteriormente Barão de Piracicaba, cuja fazenda foi adquirida depois pela Cia Paulista para a formação do antigo horto.

Sobre a origem do nome de Rio Claro, essa é associada a duas sesmarias, uma doada em 1820 aos irmãos de sobrenome Pereira em um lugar denominado “Ribeirão Claro”, entre a vila de Moji-Mirim e o Rio Piracicaba. A segunda doada a Francisco de Costa Alves de Jundiáí, onde um padre, chamado Delfino da Silva Barbosa, teria sido o responsável pelo primeiro nome<sup>12</sup> que a cidade teve, ao apadrinhar essa sesmaria.

O bondoso sacerdote trouxe em suas bagagens uma imagem de São João Batista. Na missa campal que ali celebrou, invocou a proteção do santo para a posse que se firmava; com aquela iniciativa, o Padre Delfino patrocinava também, sem o saber,

---

<sup>12</sup> São João Batista é um personagem bíblico do Novo Testamento, considerado o precursor de Jesus e profeta. Também é conhecido pelos batismos que realizou.

o nascimento do povoado de "São João Batista do Ribeirão Claro (PENTEADO, 1978: 18).

Estes senhores, tratados na memória local como fundadores e patrocinadores da "riqueza e urbanização local" se destacam pela especulação da terra, a violência no tratamento aos pequenos posseiros e a utilização de mão de obra escrava em larga escala.

Em 1835 muitos dos pequenos posseiros já haviam perdido suas terras, se tornando agregados ou funcionários dos fazendeiros, mas ainda assim a pequena propriedade não deixou de existir, principalmente em áreas que não se mostravam propícias para o plantio (DEAN, 1977: 27).

Nesse contexto de rápidas mudanças para o povoado e como parte do Oeste Paulista, São João Batista de Rio Claro se tornou uma "frente pioneira" (DEAN, 1977; GARCIA, 1992, 2006; SANTOS, 2002), conceito utilizado para interpretar a exploração das terras rumo oeste e sua inserção na economia capitalista voltada para a exportação e acúmulo de lucro.

Com a formação das grandes propriedades, o sistema precisava estabelecer uma cultura de exportação, para tal foi adotada por trinta anos a cana de açúcar, que por questões de mercado e custos de produção foi rapidamente substituída pelo café, que chegou a Rio Claro em 1840, depois que o produto obteve êxito na região do Vale do Paraíba.

O café possuiria uma demanda mundial maior, e embora seu sucesso esteja "condicionado" ao solo e clima bons, teve facilidade de adaptação em São João Batista após trinta anos de cultivo de cana de açúcar, que solidificou o latifúndio e já contava com uma estrutura de mão de obra escrava instalada, intensificada em muitos momentos no período cafeeiro (DEAN, 1977).

Outro trabalho importante sobre Rio Claro foi desenvolvido pelo historiador Fábio Alexandre dos Santos (2002) que estudou o processo de urbanização de Rio Claro, evidenciando as contradições da "modernização" e pioneirismos da cidade, entre os períodos de 1850 e 1906 identificando três momentos: primeiro como "cidade de fronteira" entre 1850 e 1876, depois

como “cidade ferroviária” entre 1876 e 1884, e o último momento a “cidade intermediária” entre 1884 e 1906, momento de criação do horto.

No primeiro momento o autor destaca as ações dos fazendeiros negociantes e a formação de uma sociedade liberal – “Sociedade do Bem Comum” - que atuou na cidade entre 1832 e 1839 da qual participavam alguns dos primeiros donatários já citados.

Essa sociedade foi responsável por uma série de decisões políticas que eram próprias das esferas públicas, conferindo uma estrutura social e política à localidade no período em que existiu, mas com reflexos e força nos anos posteriores, já que esses fazendeiros negociantes criaram a empresa que construiu parte da malha ferroviária do estado de São Paulo (SANTOS, 2002).

Quanto as transformações na paisagem da região, observa-se que essa gradualmente foi cedendo às demandas do mercado externo, e as plantações foram ocupando o que antes era mata nativa. Penteado (1978), por exemplo, destaca que até a década de 1850, cultivava-se com grande êxito além da cana de açúcar, o milho, o arroz, o algodão e também o café, que passaria a ser plantado em larga escala após a década de 1850, substituindo a produção açucareira na região de São João Batista.

Mas outros fatores políticos e econômicos de âmbito nacional também são relevantes. O ano de 1850 marcou definitivamente o fim do tráfico internacional de escravos e a lei Eusébio de Queiroz possibilitou a abertura da venda de terras para imigrantes. Já em âmbito internacional, o consumo de café na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) crescia vertiginosamente.

O café, cuja história no Brasil começou no Pará, onde as primeiras sementes foram plantadas, desempenhou importantes transformações nas paisagens brasileira. Do início do século XIX até meados do século XX, o café passou pelo Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo) o Oeste Paulista, o Sudeste Mineiro e o Norte do Paraná. Neste caminho, o café foi símbolo de opulência, riqueza política, econômica e da decadência, e ajudou a moldar a relação de homens e mulheres com a natureza.

Em 1845, mais especificamente Limeira, recebeu uma leva de imigrantes europeus para trabalhar na fazenda Ibicaba de Nicolau Vergueiro. Assim, o trabalho escravo coexistiu com o trabalho livre, gerando uma classe trabalhadora heterogênea e um discurso de que a região fora progressista e pioneira com a inserção do trabalho livre e imigrante (DEAN, 1977).

Os estudos de Dean (1977) e Santos (2002) mostram, que nesse período esses fazendeiros ainda realizaram um intenso tráfico interno de escravos. Já o trabalho livre imigrante, em regime de parceria e subvencionado pelo governo na fazenda do senador Vergueiro, teve como primeiras experiências inúmeros conflitos e desrespeito com os contratos dos imigrantes revelando o despreparo dos fazendeiros na adaptação ao trabalho livre na lógica contratuais do capitalismo.

A classe dos fazendeiros negociantes buscava modernizar a economia, mas não se desvencilharam de relações autoritárias e escravocratas com os trabalhadores, sendo essas marcadas por contradições e condições de trabalho violentas, a confusão de lucro particular com o progresso da cidade.

Os impactos da produção de cana em um primeiro momento e depois da cafeicultura, portanto, foram muitos, com alterações de fisionomia física, humana, social, cultural, econômica, e na própria natureza. Conferiu à cidade características únicas perante o conjunto da região, como espaço de fronteira no limite do plantio lucrativo da primeira fase da expansão cafeeira do Oeste Paulista (SANTOS, 2002).

### **A cidade ferroviária e a criação do horto florestal**

O fator que nos interessa explorar nesse tópico é o processo da chegada da ferrovia, pois esse empreendimento está intimamente ligado à criação do horto no final da década de 1910, discutido nos próximos itens.

As demandas por melhores condições de transporte e redução do custo do produto fez com que os fazendeiros negociantes se reunissem em torno da melhoria desse transporte. Como apontam os estudos de Garcia (1992) e

Santos (2002) antes da discussão sobre a ferrovia, em 1851, houve um projeto de estrada carroçável não levado adiante.

Posteriormente começaram as negociações para a ampliação da ferrovia que já existia, a linha Santos-Jundiaí, construída pela São Paulo Railway. A proposta dos fazendeiros visava ampliar até Campinas (em 1872) e em seguida para São João Batista. Nesse processo se formou a Companhia Paulista de Estrada de Trem<sup>13</sup> (CPET) e em 1876 a ferrovia chegava à cidade para transportar o café produzido pelos próprios acionistas da Companhia e simbolizar o poder dos fazendeiros-negociantes.

A inauguração da linha férrea em São João Batista do Ribeirão Claro ocorreu em 11 de agosto de 1876, sob "aclamação de todo o povo, (...) dando início a um novo ciclo de progresso a esta vasta zona do Oeste Paulista (SANTOS, 2002: 73).

Com a chegada da ferrovia, após 1876, o *status* da cidade se modificou, de cidade fronteira para "ponta de trilho", o ponto final da ferrovia, sendo posteriormente ampliada para outras cidades.

Os impactos que o *status* de ponta trilho causaram à cidade foram muitos e objetos de controvérsia em relação aos efeitos sobre a urbanização da cidade. De acordo com Dean (1977), a ferrovia possibilitou um encurtamento das distâncias com a capital da província, o que levou muitos fazendeiros a irem morar na capital e deixar suas fazendas e a cidade com administradores locais de classe média. Para o autor essa mudança estagnou a cidade, já que os capitais foram embora junto com os fazendeiros.

---

<sup>13</sup>No ano de 1868 é fundada pelo decreto nº 4.283 de 28 de novembro a primeira companhia brasileira com capital estritamente nacional – a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais – nascida dos interesses e necessidades dos homens de negócio da região, sendo que desta associação anônima vinte e cinco dos acionistas possuíam propriedades em São João Batista do Ribeirão Claro, entre eles estavam o conde de Três Rios, a família Vergueiro e o Visconde de Rio Claro. Após a ligação de Jundiaí a Campinas é criada a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF) que realiza a ligação Campinas a São João Batista de Rio Claro. Ver mais em Santos "Das Mulas aos Trilhos" em que apresenta as negociações sobre a permissão do governo a Cia Paulista, as concessões e bitolas e a recusa da São Paulo Railway de promover as obras de continuação da linha férrea.



Discordando de Dean, Hogan, Oliveira e Neto (1986) analisaram que São João Batista de Rio Claro já constituía um centro urbano em desenvolvimento antes da chegada da ferrovia, o que começou com o período de produção da cana de açúcar, amplia-se com o fato de São João Batista ter se tornado centro ferroviário (residência de ferroviários e sede de oficinas da Cia Paulista). Para os autores, foi a necessidade de consumo interno que mobilizou o crescimento urbano de São João Batista que não foi prejudicada pela chegada da ferrovia. Sendo assim, os empregos criados, a infraestrutura da ferrovia, a demanda por serviços e comércios impulsionaram a urbanização da cidade.

Seguindo esse raciocínio dos autores, Garcia (1992) compreende que na chegada da ferroviária houve uma transformação da paisagem urbana nas atividades direta ou indiretamente ligadas a ela. Transformações que não se restringiram somente a São João Batista, mas as outras cidades que faziam parte do ramal da Cia Paulista, como Jundiá.

Essas cidades passaram a abrigar armazéns, oficinas de reparo, de construção de carros, escritórios, entroncamento ferroviário, baldeação, etc. Esses fatores estimulavam o mercado de trabalho e outras atividades. No caso de São João Batista, a cidade além de crescer, também criou uma dependência por muito tempo da ferrovia, pois durante anos viveu em função das suas oficinas (GARCIA, 1992).

Além dos impactos econômicos, a chegada da ferrovia também interferiu no cotidiano da sociedade, por meio dos horários de chegada e partida dos trens (SANTOS, 2002).

Após a chegada da ferrovia a São João Batista, os acionistas da CPEF se viram em dilemas sobre o caminho a avançar pela ferrovia. A disputa esteve no sentido São Carlos e Araraquara ou Brotas e Jaú. As duas últimas cidades eram o desejo da Cia Paulista, o que contrariava os interesses de fazendeiros de São Carlos, Rio Claro e Araraquara. Diante das disputas em torno do traçado, a CPEF abriu mão da concessão que possuía, sendo

posteriormente concedida ao engenheiro da Cia Paulista Augusto Pinto, seu irmão e outros capitalistas.

Nesse contexto, foi fundada a Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro (CREF) também com capital nacional de fazendeiros da região como Visconde de Rio Claro e operada sem os dividendos garantidos pelo poder público (GRANDI, 2010).

Essa companhia estendeu à linha até São Carlos e Araraquara, e depois até Jaú. Posteriormente esse empreendimento foi comprado pela Cia Paulista, que se tornou dona de um importante entroncamento, funcionários e estrutura ferroviária da CREF.

A criação da CREF, e de outras Cias particulares, fez parte do avanço da linha férrea pelo Oeste. Esse avanço acompanhava a expansão do café, expandia a frente pioneira criando novas frentes de fronteira, favorecida pela existência de farta mão de obra escrava, imigrante ou livre (SANTOS, 2002).

No caso de São João Batista, o complexo ferroviário da CREF possibilitou a criação das oficinas da empresa em 1892, que permitiu a ampliação das atividades industriais com o aparecimento de serrarias, cerâmicas, beneficiadoras de arroz e café. Em 1899 foi criada uma fábrica de cerveja e mais atividades comerciais surgiram: armazéns de roupas, alimentos, ferragens, armas, louças e objetos de consumo geral. Nesse processo, o crescimento urbano e demográfico foi contínuo, em decorrência, a posição de São João Batista de Rio Claro na região se consolidaram (GARCIA, 1992).

Outro ponto importante após 1876 foi a chegada de uma nova leva de imigrantes em sua maioria italianos, e também migrantes de várias regiões, em especial do Nordeste, que chegaram em São João Batista fugindo das dificuldades que encontravam em suas regiões de origem e pelas mesmas facilidades que permitiram aos fazendeiros trocarem o interior pela capital, através da ferrovia. Com a chegada dessa leva de trabalhadores houve um fracionamento das antigas sesmarias, a quebra da autossuficiência das fazendas, diversificação das atividades comerciais e uma maior mobilidade de trabalhadores livres (SANTOS, 2002).

Com a expansão da ferrovia em outras frentes, São João Batista deixou a condição de “ponta de trilho”. Essa mudança não seria sentida pela cidade, pois como os autores abordam (HOGAN *et al*, 1986; GARCIA, 1992; SANTOS, 2002), a Cia Paulista firmou na cidade a sede da empresa e das suas oficinas, o que possibilitou a contínua expansão da cidade, tanto do ponto de vista socioeconômico quanto espacial e demográfico. Entre 1870 e 1900 - período de maior produção cafeeira e retorno dos capitais por ela gerados - Rio Claro teve um crescimento demográfico de aproximadamente 15.000 em 1872 para 31.891 em 1900.

Com as atividades industriais, em sua maioria ligadas a ferrovia, favorecia a contínua expansão da cidade, projetos para serviços de infraestrutura como a distribuição da água e energia elétrica<sup>14</sup> passaram a ser implementados em São João Batista, período que Santos (2002) chamou de cidade intermediária.

A existência de um complexo ferroviário na cidade abrigava um considerável número de trabalhadores urbanos entre imigrantes e descendentes de várias nacionalidades, libertos e brasileiros.

Com esses trabalhadores, a Cia Paulista estabeleceu relações produtivas, em um primeiro momento caracterizadas por relações autoritárias, como resquícios das relações escravocratas e depois para os padrões capitalistas de patrão e empregado. Paralelamente incentivou a criação de clubes e associações, para valorizar o nome da empresa, mas que ampliavam

---

<sup>14</sup> São João Batista de Rio Claro foi a segunda cidade do país a produzir energia através de uma usina termoelétrica (combustível a lenha), empreendimento financiado pela firma Real & Portella, a mesma que produziu energia na cidade de Campos no Rio de Janeiro, em 1883. Após as dificuldades que o primeiro empreendimento teve e sua pouca abrangência, a firma do Rio de Janeiro foi substituída pela Companhia Mechanica Industrial Rioclarense, cujos acionistas eram homens de negócio da cidade. Essa usina, também considerada pioneira no estado de São Paulo a produzir energia elétrica utilizando a força das águas do Corumbataí e Ribeirão Claro. Esse fato é muito destacado na historiografia local, apesar da usina ter passado por vários problemas de estrutura em sua primeira inauguração em 1895 (só funcionou um dia e causou falência da Cia. Mecânica), sendo necessário capital estrangeiro, no caso alemão, para que sua reinauguração fosse possível em 1900 com o nome de Central Elétrica de Rio Claro (SANTOS, 2002). Essa pequena central hidrelétrica (PCH), também foi tombada pelo CONDEPHAAT. Apesar de atualmente estar fechada para o público, é um museu que engloba as redes de museus de energia sob a administração da Fundação Energia e Saneamento de São Paulo.

o controle sobre o trabalhador até em momentos livres e de lazer, como forma de reduzir conflitos e aumentar a produção (SANTOS, 2015: 46).

A partir dessas relações, a cidade já com o nome de Rio Claro (a partir de 1905) vivenciou de maneira intensa os efeitos das transformações nas relações produtivas, quando em 1906 ocorreu a greve dos ferroviários, que atingiu várias cidades, serviços e teve o apoio da população rioclareense, com repercussão em outras cidades com ramal da CPEF (SANTOS, 2002).

A chegada da linha férrea apresentada pela maior parte das análises, tem sua relevância econômica para a cidade principalmente pela dinâmica que gerou em termos empregabilidade, facilidade de transporte e comunicação, tanto de pessoas quanto de mercadorias, interferindo no cotidiano e conferindo a Rio Claro status de cidade ferroviária.

No avanço do café pelo interior e da ferrovia, outras cidades foram impactadas dentro de suas especificidades. Para Monbeig (1984) analisar o sucesso do café somente em suas particularidades locais é esquecer que sua expansão esteve associada à própria expansão do capitalismo, que ultrapassava o litoral brasileiro e o oceano Atlântico. Compreende-se também que essa expansão moldou a paisagem rural e urbana no Centro Sul do Brasil, enormes florestas e cerrados foram cortados e queimados para dar lugar aos cafezais, às cidades e ferrovias (MARTINEZ, 2010).

Os autores citados evidenciam uma série de transformações sociais e econômicas na configuração da urbanização da cidade. Talvez pelo recorte de suas pesquisas alguns fatos relacionados à expansão ferroviária foram poucos explorados, entre eles a criação do Serviço Florestal da Cia Paulista, através da figura de Adolfo Pinto – Engenheiro Superintendente e chefe do escritório central - e o horto florestal da cidade.

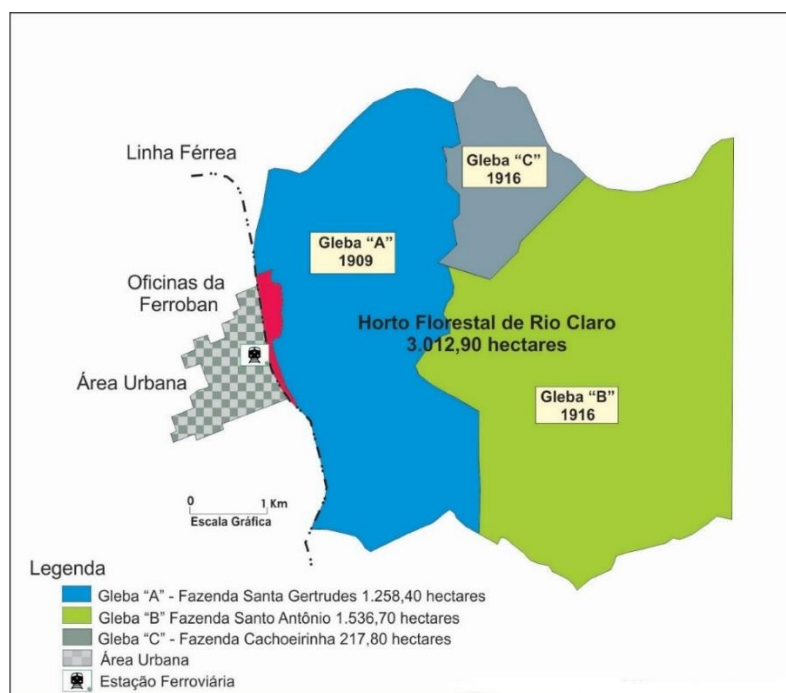
Esse horto foi criado após a Cia Paulista adquirir três grandes fazendas de café próximas à estação central e às linhas férreas. Parte destas terras fizeram parte da sesmaria de Manuel Paes de Arruda que doou a porção oeste de suas propriedades para a formação do centro de Rio Claro e reservou para seu patrimônio as chamadas “terras de cultura” na região leste

e sudeste onde havia a presença de manchas roxas, as terras mais férteis da região (LANDI, 1983).

A primeira fazenda comprada foi a Santa Gertrudes, em 1909, com 1.258,40 hectares. Uma das fazendas de café mais promissoras do Estado de São Paulo. De acordo com Dean (1977) foi nessa fazenda que o café começou a ser plantado por iniciativa do Barão de São João do Rio Claro, Amador Rodrigues Jordão.

Posteriormente foram adquiridas as fazendas Santo Antônio, com 1.536,70 e a fazenda Cachoeirinha, com 217,80 hectares, essas últimas antigas sesmarias que pertenceram aos Barões de Piracicaba e foram compradas em 1916. Assim, o tamanho do horto de Rio Claro em 1916 era 3.012,90 hectares, já a área urbana tinha no mesmo período aproximadamente 80 hectares (FRANÇA JR., 1993:6).

**FIGURA 4** – Mapa da área total do antigo Horto em 1916



**Fonte:** Modificado de França Jr 1993 por Christofolletti, 2009

De acordo com Santos (2002) alguns anos antes da criação do horto florestal de Rio Claro, a Cia Paulista transferiu as oficinas de serraria de Jundiaí

para Rio Claro e as oficinas de reparos de Rio Claro para Jundiaí. Além de deflagrar a greve dos ferroviários em 1906, o autor identificou nessa transferência a intenção da empresa em construir o horto de Rio Claro e por isso a troca das oficinas. Em 1906 as pesquisas de Navarro de Andrade em Jundiaí com eucalipto já mostravam bons resultados para a empresa.

A criação do horto foi explicada em estudos sobre a cidade e serão apresentadas brevemente.

Para Platinetti Jr. (1978) a criação do Horto de Rio Claro tem explicação na decadência do sistema latifundiário-escravocrata, relacionado ao surto industrial, presenciado pela Europa com maior intensidade na segunda metade do século XIX, que começava a se delinear no Brasil. Para o autor, a industrialização fez com que vários proprietários abrissem mão de suas terras, para saldar dívidas ou dinamizar outros negócios, como o horto.

O historiador Martini (2004), que estudou as pesquisas de Navarro de Andrade em Rio Claro, destacou que além do surto da industrialização e a venda de terras pelos proprietários, os desmatamentos do estado de São Paulo e a substituição de matas nativas por atividades agrícolas diminuíram a oferta de madeiras, provocando a criação dos hortos para fornecimento de madeira pela iniciativa privada.

Como se observa nos autores citados, existe uma ênfase em apontar aspectos econômicos ligados a criação do horto, como o avanço da ferrovia, a qualidade do solo do local e o papel crescente da industrialização.

De acordo com Selingardi-Sampaio (2010), que estudou o processo de industrialização da cidade, entre 1873 a 1929 caracteriza a fase pioneira da indústria, com destaque para o capital local financiado pela economia cafeeira, a criação de estabelecimentos comerciais médios e pequenos e a participação de imigrantes como mão de obra.

Assim como Garcia (1992), a autora destacou a importância da Cia Paulista nessa fase pioneira da industrialização, pois era a maior empregadora da cidade, com 1000 funcionários e concertava maquinários.



Na década de criação do horto, em 1909, Rio Claro também foi a terceira província mais produtiva de café (DEAN, 1977). Portanto, naquele momento a cidade vivenciava os benefícios da produção cafeeira local e a industrialização se mostrava incipiente e vinculada à CPEF. Essa constatação possibilitou analisar a criação do antigo horto por outro olhar e ampliar as interpretações sobre os motivos de sua concepção.

O período de formação do horto envolveu uma mudança de percepção social da sociedade frente a natureza em decorrência dos efeitos que o avanço da frente cafeeira causava às florestas. Nesse momento, também já se discutia entre os fazendeiros outros modelos de agricultura que rompessem com uma lógica de arrancar do solo “virgem” tudo que fosse possível e no menor espaço de tempo, para empreender novas derrubadas (STEIN, 1961 *apud* HENRIQUES, 2015).

Assim, a busca de uma agricultura racional estava presente entre fazendeiros na virada do século, o que explica, em parte, a criação do Serviço Florestal pela Cia Paulista e o uso de um novo empreendimento, a silvicultura. Essa perspectiva ainda considerava a natureza como fonte de recurso já que o consumo de madeira era grande e respondia as críticas sobre desmatamento recebidas pela ferrovia, evitando uma futura legislação de controle (HENRIQUES, 2015)

Com efeito, destaca-se nessas novas discussões entre os fazendeiros, o papel de Adolfo Pinto, engenheiro superintendente e chefe do escritório central que lançou as bases para a criação do Serviço Florestal da CPEF. O engenheiro defendia que o desmatamento provocado pelo plantio do café era mais prejudicial às florestas que o próprio avanço da ferrovia (HENRIQUES, 2015).

A saída pela silvicultura, no olhar do de Adolfo Pinto, representava o que tinha de mais moderno e rápido na agricultura e além de diminuir o desmatamento, contribuiria para o desenvolvimento econômico. Navarro de Andrade, um jovem agrônomo, com laços familiares com Antônio Prado, presidente da Cia Paulista, foi convidado para conduzir a organização dos

hortos e fez isso dentro das perspectivas científicas mais avançadas da época, sem entrar em conflito com os interesses da propriedade privada (HENRIQUES, 2015).

Para além das questões locais que propiciaram a criação do horto de Rio Claro já discutido pelos autores citados, outros elementos, portanto, devem ser problematizados.

Compreender os motivos que provocaram a criação de hortos é, nessa perspectiva, perceber o que revelam sobre modelos de proteção e, sobretudo, o que revelam sobre a destruição da natureza e as consequências desses modelos para as sociedades atuais.

### **Hortos florestais paulistas no contexto de proteção à natureza**

No estado de São Paulo a preocupação em obter um melhor aproveitamento dos recursos naturais fez como que o governo contratasse um grupo de técnicos e cientistas, entre eles Orville Derby, Franz W. Dafert, Herman Von Ihering, Alberto Loefgren e Edmundo Navarro de Andrade (DRUMMOND, FRANCO, 2009), um grupo de conservacionistas pioneiros (DEAN, 1996).

Esses cientistas foram assim classificados, pois desenvolveram na primeira metade do século XX, uma série de ações voltadas para a proteção à natureza. O pioneirismo atribuído a eles se dá pelas propostas que colocaram em prática, como a criação de jardins botânicos e hortos florestais. Alberto Loefgren, por exemplo, chegou a ser diretor do serviço florestal de São Paulo e defendeu, em 1900, a necessidade de um código florestal, elaborado somente 34 anos depois.

Desse grupo, as ações de Navarro de Andrade (1881-1941) merecem um pouco mais de atenção, visto que ele foi responsável, por mais de trinta anos pelo horto de Rio Claro e foi o cientista com maior destaque desse grupo. Primeiro por ser o único brasileiro e, segundo, por sua identificação com a política liberal e com o discurso do Partido Republicano Paulista. Com efeito, desenvolveu suas pesquisas sem se opor aos interesses da propriedade

privada e colocou em prática uma política de reflorestamento considerada ambiciosa e moderna, do ponto de vista agrícola (HENRIQUES, 2015).

Formado em agronomia na Universidade de Coimbra, visitou os EUA, em 1910, e a Austrália, em 1913. Dedicou-se fundamentalmente ao tema do reflorestamento com espécimes exóticos, eucaliptos e pinheiros, assunto no qual se tornou uma autoridade internacionalmente reconhecida (DRUMMOND, FRANCO, 2009). Sendo atribuído a ele o pioneirismo da silvicultura com eucalipto no Brasil, Navarro também foi citricultor e membro da Academia Paulista de Letras.

Como engenheiro agrônomo responsável pelo Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro administrou dezoito hortos criados pelo interior paulista próximos aos leitos ferroviários. Outros hortos também da iniciativa privada de São Paulo e de outros estados seguiram suas orientações e estudos. Navarro de Andrade foi responsável por plantar, por meio do Serviço Florestal da empresa, aproximadamente, 24 milhões de árvores nos hortos.

O engenheiro agrônomo também substituiu Loefgren na direção do Serviço Florestal do Estado, transformando o jardim botânico criado por seu antecessor em horto florestal. Enquanto esteve à frente do Serviço Florestal e Botânico, transformou o órgão em uma sementeira de eucalipto, interrompendo pesquisas de valor medicinal ou industrial da floresta nativa que haviam sido realizadas anteriormente (DEAN, 1996). Também publicou inúmeros livros sobre o eucalipto além de criar o Museu sobre a espécie e herbário<sup>15</sup> em Rio Claro, destacados na pesquisa de Martini (2004)

Nesse sentido, é perceptível que essa preocupação com o desmatamento e abrangência do reflorestamento praticado criou uma imagem, a partir dos hortos, que tanto a empresa quanto Navarro de Andrade

---

<sup>15</sup> Martini define os herbários com depositórios de material científico baseados em investigações que documentam a riqueza florística de um país. As informações contidas nos herbários constituem fonte primária para o desenvolvimento de trabalhos taxonômicos, evolutivos, fenológicos, ecológicos, biogeográficos, etnobotânicos e estudos de biodiversidade. [...] São bancos de informações que contêm amostras de exemplares botânicos, certificando a riqueza existente em uma determinada região (MARTINI, 2015: 92).

conduziram exemplos eficientes de proteção à natureza, modelos interpretados como um projeto futurista de proteção à natureza.

Essa visão foi questionada por Dean (1996) e Henriques (2015), pois apesar de plantar aproximadamente 24 milhões de árvores em 27 mil hectares de reserva, 10% de madeira vendida pela empresa eram de florestas nativas que foram limpas para o plantio de eucaliptos.

Concorda-se com Henriques (2015: 88) que a política desenvolvida pelo Serviço Florestal e administrada por Navarro de Andrade sobressaiu-se como um projeto pioneiro pela aplicação científica sistemática, bem orientada e pelo tamanho da empreitada, nas quais é preciso considerar as discussões e ideias de preservação presentes no pensamento brasileiro, além dos planos, objetivos e conceitos de uma ambicionada modernização agrícola, conjuntamente com o aparecimento da figura do agrônomo.

Como apontam Drummond e Franco (2009) as discussões e ações dos conservacionistas pioneiros servem para contextualizar outros projetos de cunho intelectual que alinharam a proteção da natureza à questões de identidade nacional e projeto de nacionalidade, no contexto do governo Vargas (1903-1945), na qual as concepções preservacionistas e conservacionistas da natureza estiveram em voga em debates e congressos sobre o tema nos anos de 1920 a 1940, e que posteriormente vão ter reflexos nas legislações e códigos sobre áreas protegidas.

As emergências desses debates sobre a proteção à natureza e de políticas de preservação pelo Estado ajudam a problematizar os hortos florestais para além de fornecimento de madeiras, mudas, sementes e como esses elementos podem ter sido harmonizados com outros de ordem estética para criar espaços que se harmonizavam com uma ideia de natureza que se queria construir. Dessa forma também foram identificados como jardins ou parques pelos usos de recreação, esporte e educação pela sociedade.

Um caminho para sua compreensão, em específico do estado de São Paulo, é a percepção desses espaços enquanto projetos de intervenção amplos, criados dentro de um contexto que a proteção à natureza era

discutida em diversas esferas da sociedade com os ecos fortes das ideias preservacionistas e conservacionistas em congruência com questões políticas, econômicas, científicas e estéticas.

### **De horto florestal a patrimônio ambiental**

Compreendendo a circulação dessas ideias e discussões sobre à natureza, no caso do horto de Rio Claro, observa-se que vários elementos foram incorporados em sua trajetória e não devem ser tomados sem intencionalidade, como o Museu do Eucalipto, o arboreto<sup>16</sup>, herbário e a coleção de talhões<sup>17</sup>.

A coleção de talhões se formou após algumas viagens internacionais que Navarro de Andrade realizou da década de 1910. Uma delas, para a Austrália é descrita como a mais especial, pois Andrade recebeu de J.H. Maiden, diretor do Jardim Botânico de Sydney, sementes de 150 espécies de árvores e um herbário, que foram plantadas no horto de Rio Claro em 1919, ao lado do museu do eucalipto, no total uma coleção de 144 espécies de eucalipto, com a intenção que os visitantes percorressem suas trilhas observando o desenvolvimento e adaptação das diferentes espécies.

Para plantá-los, Navarro de Andrade fez 95 subdivisões internas na terra, onde foram plantadas diferentes espécies de eucaliptos, incluindo híbridos, provenientes de sete países (Brasil, Austrália, EUA, Argentina, Argélia, África do Sul, Java), de diferentes regiões (C.S. DAHER, *et al*, 2009).

Essa organização tinha como tese o plantio do eucalipto em talhões de diferentes tamanhos e de condições de solo com o objetivo de medir seu desenvolvimento e produção em situações geográficas diferentes, de maneira ordenada e funcional, o que remete uma racionalização científica

---

<sup>16</sup> Constituído por dez canteiros com plantas nativas e exóticas. Esse arboreto funcionava como um jardim, e destacava-se por sua beleza, utilizado para atividades contemplativas e esportivas (MARTINI, 2004).

<sup>17</sup> É um sistema de plantação, resultado da subdivisão em pequenas áreas de uma floresta implantada.

da terra e do espaço físico.

Outros elementos, de caráter mais estético e recreativo, foram a elaboração de um jardim de palmeiras imperiais próximo ao antigo solar dos barões e a construção de restaurante para atender visitantes. Na época havia um trem turístico de São Paulo para Rio Claro com horários para visitar o horto e foram permitidos piqueniques, passeios de barco no açude que virou um lago, e até nadar nos córregos quando ainda eram limpos.

**FIGURA 5** – Fotografia de visitantes no Horto<sup>18</sup>



**Fonte:** Sem autoria, 1947 – Acervo do Arquivo Público de Rio Claro “Oscar Penteado”

Esses elementos acabaram transformando o antigo horto em um espaço de lazer para a população local com projeção turística para Rio

---

<sup>18</sup> Primeira entrada do horto. Hoje no local existe a rotatória com o relógio, ao lado do Shopping Center. Na parte-superior da estrutura lia-se: Horto Navarro de Andrade. Nas colunas: Serviço Florestal Companhia Paulista.



Claro.

Vá, sem demora. Deixe tudo o que tiver a fazer. Nada de mais inadiável, porque nada de mais precioso você pode realizar nessa sua viagem a São Paulo, senão conhecer o Horto Florestal de Rio Claro. Tudo mais importa pouco. Aqui você vai encontrar o que não pode ver em parte alguma.

É tudo inédito, tudo gigantesco, tudo majestoso....Se você quer mesmo ter orgulho de ser brasileiro, mas orgulho merecido e justo, então vá a Rio Claro. E na volta siga, siga direitinho para o Rio... Não tem mais nada a devassar quem conheceu a obra maravilhosa de um brasileiro cujo nome tão poucos conhecem: Navarro de Andrade (LOBATO, 1945).<sup>19</sup>

Esses usos sociais se mantiveram com os de ordem econômica. Em 1936 foi estabelecido na área do horto a empresa Preservação de Madeiras S.A (PREMA)<sup>20</sup>, fundada pela necessidade CPEF dar aproveitamento às madeiras de eucaliptos, lenhas e dormentes. O contrato de fundação da PREMA previa exclusividade para o processo de tratamento químico em autoclave entre a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Maurice Hilpert, o especialista alemão na preservação e imunização de madeiras que Navarro de Andrade fora estudar e buscar na Europa.

A CPEF cedeu um terreno de cerca de 5.000 metros para instalar os maquinários da empresa e o contrato durou de 1936 a 1966. Após esse período o tratamento de madeira foi realizado pela própria Ferrovia Paulista S.A (FEPASA) (HENRIQUES *et al*, 2015). Contudo a PREMA permanece no local até os dias atuais<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Trecho da Carta sobre o horto que o escritor Monteiro Lobato enviou a seu amigo Celestino Silveira, em 1945, também escritor, residente no Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> Em 1948 essa empresa se especializou em tratamento de madeira e produção de tintas PVA (acetato de vinilica, a tinta látex), até então inéditas no Brasil e que dariam origem a Suvinil (CAMPOS, HENRIQUES, PERINOTTO, 2015). Há oitenta anos no horto, a PREMA atualmente vende madeira com o slogan "produzindo um futuro ecologicamente sustentável".

<sup>21</sup> Destaca-se que a empresa sempre utilizou produtos químicos no tratamento a madeira de grandes impactos ambientais no solo (metais pesados, etc.). As autoclaves, onde estão armazenados os preservativos de madeira em forma líquida, localizam-se em área próxima ao leito do Ribeirão Claro e também nas proximidades de residências, características estas que potencializam os graves riscos de danos ambientais e à saúde pública da comunidade (JOINHAS, 2008).

Outro fato a considerar é que o horto foi residência de muitos funcionários da CPEF e o uso que a empresa fazia do espaço para os trabalhadores da empresa e para a cidade. A empresa, por exemplo, utilizava as águas dos mananciais do horto para abastecer a população em momentos que o serviço público não dava conta (GARCIA, 1992).

No local funcionava uma Granja<sup>22</sup>, que vendia frangos e ovos para os funcionários da empresa e outras cooperativas. Nele também funcionou o serviço de Assistência ao trabalhador. Em 1955 foi construída a capela pelos próprios funcionários para celebrar eventos religiosos que também eram abertos a população.

Por um lado, essas ações eram estratégias da Cia Paulista para controlar os trabalhadores e também estabelecer uma boa relação da empresa com a cidade (GARCIA, 1992). Por outro lado, evidenciam como o horto era um espaço dinâmico, que além da frequência de visitantes, era a casa de muitas famílias de funcionários que criaram laços afetivos com o lugar.

A partir da década de 1930, o desenvolvimento de Rio Claro atingiu os limites do horto, na direção leste. Surgiram algumas “vilas abertas” como Cidade Nova, Vila Paulista, Bela Vista e a Vila Indaiá. Esse processo é descrito como um período de vendas de terras do horto pela própria Cia Paulista, com forte especulação imobiliária no entorno do horto.

Esse crescimento relaciona-se às mudanças na cidade e no campo a partir da década de 1930. Os estudos produzidos pela associação Rioclarense de Geógrafos (1985), com o objetivo de perceber as transformações do espaço rural entre 1940 e 1980 foram importantes para obter um panorama da utilização da terra em Rio Claro após 1930.

De acordo com esses estudos em 1940 ainda existiam na região pastagens naturais e artificiais, seguidas por lavouras temporárias e terras não exploradas, mas produtivas. Também foram identificadas matas, lavouras permanentes e terras improdutivas. Observa-se na agricultura, que o café

---

<sup>22</sup> Desde a década de 1980 funciona na antiga granja o Clube dos Cavaleiros “Professor Victorino Machado” (HENRIQUE, PERINATO, CAMPOS, 2015: 63).

ainda ocupava papel de destaque, porém ocorreu o desenvolvimento da policultura nas lavouras temporárias, com aumento do cultivo do algodão, arroz, milho e feijão.

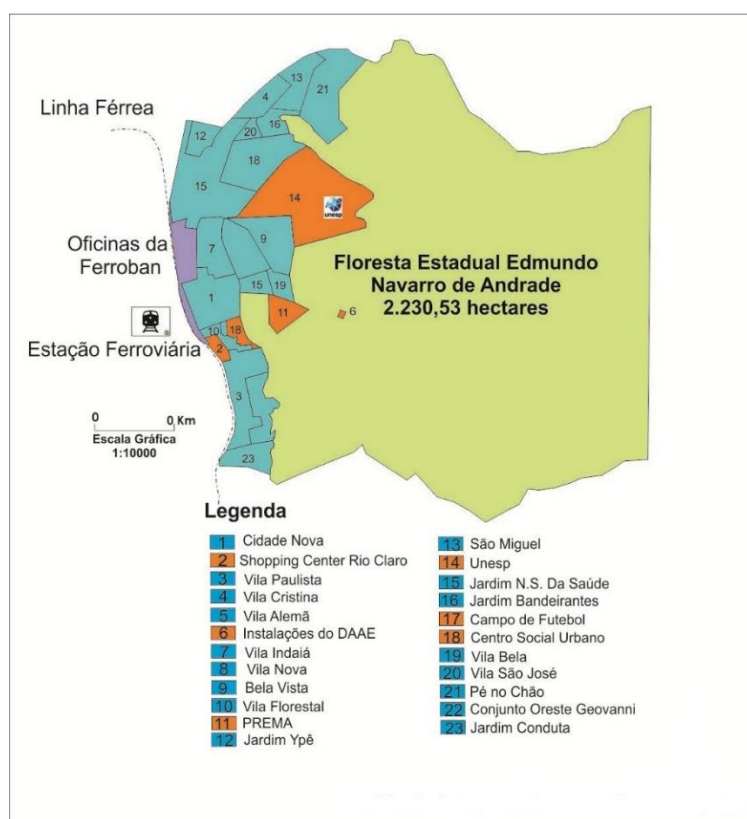
Nesse período houve a difusão de métodos mais modernos de cultivo (mecanização, rotação de culturas, plantação em curvas de nível e a intensificação do uso de fertilizantes e pesticidas). Outra mudança foi o aumento de números de fazendas de pequeno e médio portes e diminuição da população que vivia na área rural. Em 1920, 64,4% da população ativa estava vinculada à agricultura, já em 1940 esta porcentagem baixou para 48,9%. Por outro lado, a população ativa vinculada à indústria cresceu de 17,6% para 19%.

Em relação à atividade industrial, Seligardi-Sampaio (2010) classificou esse período como fase tradicional da industrialização (1930 a 1968), caracterizando-o como de fraca expansão; predominância de pequenos estabelecimentos; reduzida capacidade de acumulação capitalista no município; tímida iniciativa empresarial local e precárias condições de abastecimento de energia elétrica e água.

Nessa fase a autora destaca o surgimento do ramo têxtil no município com duas tecelagens, uma unidade da S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em 1939, que funcionava com 808 operários, e uma fábrica da E. F. Saad e Cia., de menor dimensão. Ambas representavam investimentos externos ao município (paulistanos, no caso), assim como a unidade da PREMA no horto e outras pequenas indústrias.

O crescimento urbano da cidade na direção leste pressionou e invadiu, nos últimos 40 anos, áreas do antigo horto. Da época que foi concebido (1909) até os dias de hoje o espaço já perdeu mais de mil hectares. Atualmente com 8km de divisa com o perímetro urbano da cidade, no seu entorno estão: o campus da UNESP, a estrada que liga Rio Claro a Araras, vários bairros residenciais e o único shopping da cidade (Figura 5).

**FIGURA 6** – Mapa do entorno da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Rio Claro



**Fonte:** Modificado de França Jr 1993 por Christofolletti, 2009

Na divisa com a cidade de Santa Gertrudes, o antigo horto é pressionado por fazendas de cana de açúcar, que já provocaram incêndios em várias ocasiões, ameaçando a vegetação e fauna da floresta. Dessa forma o antigo horto formou uma espécie de “pequena ilha” entre o urbano e o rural no município, sofrendo tensões de ambos os lados.

Em relação as pesquisas no horto, a defesa e uso do eucalipto como espécie para o reflorestamento não foram aceitas sem críticas. Em um contexto de desaparecimento das florestas nativas, a utilização de uma espécie estrangeira em larga escala encontrou resistência dos chamados nacionalistas.

De acordo com o autor:

Navarro jamais afirmou que estivesse reflorestando; só cultivava árvores, como matéria-prima necessária, pelos meios mais rápidos e eficientes disponíveis. A substituição da floresta nativa por quilômetros e quilômetros de bosques homogêneos de eucalipto, no entanto, era uma transformação que estava provocando certo incômodo em parte da classe média que antes não se preocupava demais com o desaparecimento da Mata Atlântica. Sinal de seu ceticismo em relação aos novos imperativos científicos citados para justificar o manejo tecnocrata de recursos naturais? Talvez. Ainda que não pudessem articular argumentos defensáveis contra essa tentativa de apropriação, percebiam que ela poderia acarretar mudanças e não necessariamente para melhor (DEAN, 1996: 252).

A desconfiança que existia na sociedade naquela época com a proliferação do eucalipto não se mostraria indevida e se mantém até os dias de hoje. Na década de 1960, com a criação da Lei de Incentivo Fiscal (1966), extensas áreas de florestas dos gêneros *Eucalyptus* (eucaliptos) e *Pinus* (pinheiros) foram implantadas. Paralelamente, pesquisas implementadas pelo Serviço Florestal do Estado, Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais (IPEF), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e empresas privadas estabeleceram as bases para a Silvicultura Nacional. Essas ações representaram para o estado de São Paulo na década de 1970 o percentual de 641.420 hectares de reflorestamento com as espécies exóticas (PAGANI, ZANCHETA, 2015), fato que se ampliou para outros estados nas décadas seguintes. O eucalipto está cada vez mais presente nas paisagens brasileiras.

O caso do horto exemplifica bem a parceria com universidades da região, como a FAFI, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Universidade de São Paulo (ESALQ -USP) e UNESP, principalmente a partir da década de 1950. O antigo horto também forneceu mudas e sementes para

plantações florestais no Estado de São Paulo e também em outros estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais (MORA, GARCIA, 2000).

As críticas dos nacionalistas não reduziram as pesquisas de Navarro de Andrade sobre as possibilidades da espécie estrangeira, o que pode ter motivado a construção do Museu do Eucalipto em 1916 e da Seção de Genética dentro do Serviço Florestal no final da década de 1940. O Museu do Eucalipto<sup>23</sup>, divulgado como único no mundo, foi concebido com a função de apresentar os resultados de suas pesquisas com o gênero, e legitimar as pesquisas de Navarro de Andrade ao apresentar os benefícios e potencialidades econômicas com a espécie estrangeira.

Em 1941 Navarro de Andrade faleceu e o horto, por um curto período de tempo, foi administrado por seu sobrinho - Armando Navarro Sampaio - que conduziu o programa de melhoramento genético de eucaliptos. Em decorrência desse programa, nos anos de 1960, o espaço foi sede da II Conferência Internacional de Eucalipto. Possivelmente<sup>24</sup>, foi a partir da morte do engenheiro que o horto foi “batizado” com seu nome, antes, possivelmente, era chamado de “Santo Antônio” nome da antiga fazenda comprada pela Cia Paulista.

As décadas que se seguiram a morte de Navarro de Andrade trariam outras mudanças na gestão do horto, como a desapropriação da CPEF em 1961 e a formação da FEPASA, em 1971, empresa estatal que se constituiu das cinco linhas ferroviárias paulistas (Cia. Paulista, Araraquarense, São Paulo - Minas, Mogiana e Sorocabana) após décadas de transferência desse setor

---

<sup>23</sup> Atualmente é constituído de 16 salas, sendo que as duas primeiras foram construídas e inauguradas em 1918 e as demais foram sendo acrescentadas com o tempo, além de reformas que modificaram suas características originais.

<sup>24</sup> “[...] Isso era o que costumeiramente ocorria: as áreas recebiam o nome proveniente das fazendas (praticamente todas as áreas adquiridas pela Companhia Paulista para a implantação de hortos, eram provenientes de fazendas de café). A mudança do nome Horto de Santo Antônio para Edmundo Navarro de Andrade, pode ter ocorrido no ano seguinte de sua morte (1942), talvez até por sugestão de seu sobrinho Armando, mas em todos os lugares que pesquisei nunca encontrei a data certa”. França Junior em entrevista a Martini (2015: 107).



privado para o público<sup>25</sup>, sendo a CPEF a última Companhia encampada. A “nova” empresa<sup>26</sup> também assumiu os hortos construídos pelas Companhias, entre esses estava o de Rio Claro.

Nesse contexto de mudanças administrativas no horto e na gestão da CPEF que se identificou o início da luta por sua preservação por meio da política cultural, já que na década de 1970, por suas características, um horto de eucalipto em área urbana, dificilmente seria preservado pela legislação ambiental vigente, que privilegiava grandes áreas com mata nativa e afastadas da população, como os parques nacionais, uma ideia de natureza monumental.

No processo de tombamento do horto, sob motivo de abandono, a solicitação foi feita pelo conselheiro do CONDEPHAAT, Vinício Stein Campos, em 8 de maio de 1974 (proc. 428/74, fls. 2 -26) e foi analisada como uma experiência pioneira de preservação do CONDEPHAAT em um período de renovação conceitual na instituição<sup>27</sup> e alargamento do conceito de patrimônio natural e paisagístico, que possibilitou o tombamento do horto e outras áreas, como a Serra do Mar, Serra do Japi, Maciço de Jureia, entre outros, (SCIFONI, 2006; CRISPIM, 2016; DETONI, 2016).

A preservação do horto não se desvincularia das contínuas mudanças que ocorreriam na ferrovia nas décadas seguintes. Em 1998, com a privatização da FEPASA, o horto novamente ficou sem uma administração. A luta foi para transferi-lo para a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (SMA) como categoria de UC de Floresta Estadual, fato que ocorreu em 2002. Nesse processo ficou evidente uma crescente valorização de aspectos ecológicos de sua natureza.

---

<sup>25</sup> As primeiras empresas transferidas foram a Estrada de Ferro Araraquara e Estrada de Ferro Sorocabana, em 1919. A Estrada de Ferro São Paulo Minas em 1929. A Companhia Moginiana, em 1952.

<sup>26</sup> De acordo com relatório da empresa, produzido em 1980, foram transferidos 24 hortos para a FEPASA.

<sup>27</sup> Ler RODRIGUES (2000) e (RODRIGUES, TOURINHO, 2016) sobre a adoção do conceito de patrimônio ambiental urbano.

## **Considerações finais**

O objetivo desse artigo foi apresentar a relação de Rio Claro com o antigo horto. Para tanto foi feito um levantamento bibliográfico interdisciplinar e documental sobre a cidade e a FEENA e explorado que tipo de sociedade se formou em torno do horto e sua transformação em patrimônio ambiental.

Analisando a trajetória do horto em Rio Claro, até meados da década de 1970, é perceptível a ênfase atribuída a Cia Paulista e Navarro de Andrade. O trabalho de Navarro, em especial, vem sendo interpretado como único, criando uma memória especial ao período de gestão do horto por esses agentes.

Outro ponto destacado é o processo de transformações que atingiam a natureza entre o final do XIX e provocavam alto desmatamento. O estudo do antigo horto revela como as discussões sobre silvicultura e modelos de proteção à natureza, em especial o conservacionismo da primeira metade do século XX, se traduziram em experiências locais, com consequências para as sociedades atuais.

Nessa pesquisa, ao historicizar esse patrimônio ambiental paulista, também fica evidente a importância simbólica, e também contraditória, que espaços como o antigo horto adquiriram em realidades locais que perderam sua mata original, no contexto do avanço do café e ferroviária.

No caso do antigo horto, é a área verde mais importante da cidade e uma das maiores da região, protege a microbacia do Ribeirão Claro, rio que abastece a população da cidade, e bastante frequentado pela população para usos recreativos, educacionais. A valoração de sua natureza, e a própria preservação por duas tutelas, cultural e ambiental, também esclarece a salvaguarda da natureza no estado de São Paulo.

Esse artigo não tratou das especificidades da luta que resultou no acautelamento do horto entre 1974 e 1977, nem da sua classificação como Floresta Estadual. Essa discussão foi tratada na dissertação de mestrado, com

foco no período pós tombamento e gestão desse patrimônio pela FEPASA, com a participação do CONDEPHAAT e sociedade civil entre 1977 até 2002.

Por fim, torna-se interessante estudar o destino de outros hortos que foram construídos no interior paulista (somente a CPEF construiu dezoito). Elementos importantes da história ferroviária que podem trazer profícuas reflexões e debates sobre experiências de preservação quando analisados pela relação sociedade e natureza.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jozimar P. *Errante no campo da razão: o inédito na história: contribuição para um estudo de história e ecologia*. Londrina: Eduel, 1996.

\_\_\_\_\_. História e Patrimônio Ambiental: Artíficos Naturais do Poder público em Londrina. *Revista História Hoje*, São Paulo, n. 3, 2004.

ARRUDA, Gilmar. O Chão da Nossa Terra: Natureza, Patrimônio Ambiental e identidade. *Patrimônio e Memória*. – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, p. 110-125, 2006.

ARAUJO, A. G. de M. Arqueologia da região de Rio Claro: uma síntese. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, [S. l.], n. 11, p. 125-140, 2001.

BRASIL. Leis, estatutos, etc. *Legislação da conservação da natureza*. 4. ed. SP, CESP, 1986. 1v.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 13 de fev. 2021.

BEM, Sueli. *Conversa de Patrimônio em Jundiaí*. São Paulo: Edusp, 2014.

CEAPLA. *Atlas Ambiental: da Bacia do Rio Corumbataí*. 2011. Solos da Bacia. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/ceapla/atlasv3/apresentacao.php>. Acesso em 15 de fev. de 2021.

CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a Geografia e o Patrimônio: estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989)*. São Bernardo do Campo: EduFABC/Fapesp, 2016.

C.S. Daher, et al. **Conhecendo a floresta. 100 anos de existência. Centenário do Horto Florestal de Rio Claro**. Fundação Florestal/Instituto Florestal de São Paulo, 2009.

DE CERTOU, Michel. A Operação historiográfica. In: DE CERTOU, Michel. *A escrita da História*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 65-119.

DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- \_\_\_\_\_. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DETONI, Sandro F. *A Natureza como Patrimônio Cultural: a geomorfologia como referencial metodológico no tombamento de áreas naturais*. 2016. 236f. Tese (Doutorado Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- DIAGNÓSTICO ambiental e desenvolvimento de sistemas de implementações de projetos de recuperação da qualidade dos corpos d'água. VI. 1. Rio Claro: EcosBio - Projetos Agroindustriais e Ambientais – LTDA, 2014. 75p.
- DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*, Belo Horizonte: Autentica 2005.
- DRUMMOND, José Augusto. O Jardim Dentro da Máquina – Breve História Ambiental da Floresta da Tijuca. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 276 -298, 1988.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 0, p. 177- 197, 1991.
- DRUMMOND, José Augusto & Franco, José Luís de Andrade. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
- FEPASA. PLANO BÁSICO DE MANEJO FLORESTAL, Horto Florestal - Rio Claro, 1985.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Infraestrutura e Meio ambiente na FEENA*. Disponível em: [www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/tag/feena](http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/tag/feena). Acesso em 11 de Fev. de 2021.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Hortos Florestais: “Terra não se ganha, Terra se conquista”. In: ANDRADE, T., (Ed)., PEREIRA, C.A.C., (Ed)., ANDRADE, M.R.O., (Ed). *Mediação no Campo: Estratégias de ação em situações de Conflito fundiário*. 2.ed- São Paulo: ITESP: 2000, p. 87 -93.
- FRANÇA JUNIOR, Nelson. *Plano Diretor para o Horto Florestal – Edmundo Navarro de Andrade/Rio Claro*. 1993. 150f. Trabalho de Graduação Interdisciplinar – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. Santos, 1993.
- GALINI, Stefania. História, Ambiente e Política: El caminho de la historia ambiental en América Latina. *NÓMADAS – Colombia*. no. 30, p.92 - 102, abr/ 2009. UNIVERSIDAD CENTRAL – COLOMBIA.
- GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *Rio Claro e as Oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Trabalho e Vida Operária -1930 -1940*. 1992. [s.n.]. Tese (Doutorado) -Instituto Filosofia Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GRANDI, Guilherme. *Estado e Capital Ferroviário: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1930 e 1961*. 2010. [s.n.]. Tese (Doutorado história econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.
- HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. *Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro*. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, 2015.

- HENRIQUES, Amilson. Por uma história do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. *Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro*. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, 2015, p. 68-88.
- HENRIQUES, Amilson B; CAMPOS, Maria T. A; PERINOTTO, Consuelo C. Cultura, Esporte e Lazer a partir da presença da Ferrovia em Rio Claro. In: \_\_\_\_\_, Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. *Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro*. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro.). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, 2015, p. 52-65.
- HOGAN, Daniel J; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A.; NETO, John Marion Sydenstricker. *Café, Ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas: NEPO: Unicamp, 1986.
- JORGE, Janes (org.). *Cidades Paulistas: Estudos de História Ambiental Urbana*. São Paulo: Alameda, 2015.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/ Ed. UNB, 1999.
- JOINHAS, Luzia Ap. *Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como um espaço de contradições: entre a memória e o esquecimento*. 2008. 224 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LANDI, Lucia Maria. *Levantamento Geográfico do Meio Ambiente do Horto Florestal "Navarro de Andrade" de Rio Claro -SP*. Relatório de Estágio e Aperfeiçoamento em Geografia: UNESP, Rio Claro, 1983.
- MAGALHAES, Cristiane M. *O Desenho da História no traço da Paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda*. 2015, [s.n] Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MARTINI, Augusto. *O Plantador de Eucalipto: A questão da Preservação Florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade*. 2004. 320f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de filosofia, letras, ciências humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Os lugares da Memória e da História da Floresta Estadual: O herbário e o Museu do Eucalipto. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. *Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro*. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Rio Claro (SP): Phábrica de produções, 2015, p. 92- 117.
- MARTINEZ, Paulo H. *História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. Cultivo do Desencanto. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 5, nº 57, p. 25 -29, 2010
- MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 09, n. 01, p. 41-65. Jan/Jun. 2006.
- MEDEIROS, Rodrigo e PEREIRA, Gustavo S. Evolução e Implementação dos Planos de Manejo em Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Árvore*, Viçosa-MG, v.35, n.2, p.279-288, 2011.

- MENARIN, Carlos Alberto. *À sombra dos Jequitibás: O Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)*. São Paulo Annablume/FAPESP, 2011.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MORA, A.L; GARCIA, C.H. *A cultura do Eucalipto no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2000.
- NUNES, Ivanil. Ferrovias brasileiras: concessão pública para uso privado. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, 2006. Disponível: <http://revela.com.veywww.redalyc.org/articulo.oa?id=331227108012>. Acesso em 5 de fev. de 2021.
- PADULA, R.M. *Horto Florestal "Navarro de Andrade" de Rio Claro – Revitalização*. 1982. 75f. (Monografia). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas.
- PAGANI, Maria Inez, ZANCHETA, Denise. Novos Tempos: Do Horto à Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA, Rio Claro/SP. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. *Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro*. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro). Rio Claro (SP): Phábrica de produções, 2015, p. 127-144.
- PELEGRINI, Sandra. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do Patrimônio Cultural e Ambiental. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140. Jan/jun. 2006.
- PENTEADO, Oscar de Arruda: Como nasceu e cresceu Rio Claro. In MACHADO, Ilara., Coord. *Rio Claro Sesquicentenário*. Rio Claro, Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga", p.17 -71, 1978.
- PINTO, Donizetti A. *O patrimônio histórico e a educação ambiental: O caso da Usina Parque do Corumbataí*. 2001. 60f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental e Práticas Educacionais) – Universidade Paulista "Júlio Mesquita", Rio Claro.
- PINTO, Júlia A. A. S. *História e Patrimônio Ambiental. Um Estudo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade*. 2018, 177f. Dissertação (Mestrado em História) - Escola De Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.
- PLATINETTI JR, Armando. Horto Florestal "Navarro de Andrade". In: MACHADO, Ilara., Coord. *Rio Claro Sesquicentenário*. Rio Claro, Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga", 1978, p. 295-208.
- QUEIROZ, Odélia T. M. M. Associação Amigos do Horto Florestal. In: HENRIQUES, Amilson B., Org., CAMPOS, Maria T. A., Org., LUZ, Milton J. H. M., Org. *Trilhas e Eucaliptos: a ferrovia e a floresta em Rio Claro*. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Rio Claro (SP): Phábrica de produções, p. 146-153, 2015.
- RAGONHA, Jéssica. *MEMÓRIA E PERCURSO: parque urbano em Rio Claro – SP*. Trabalho de Graduação Integrado II. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.
- RIO CLARO. Lei municipal nº 2492– Dispõe sobre o *Plano Diretor de Desenvolvimento de Rio Claro* e dá outras providências. Rio Claro, de 06 de agosto de 1992.



- Rio Claro. 1985. *Terra, Trabalho e História*. Associação Rioclarence de Geógrafos.
- RIBEIRO, W. C; ZANIRATO, Silvia. H. O Patrimônio Natural Sob Proteção. A construção de um ordenamento jurídico. In: FUNARI, Pedro P.,Org., PELEGRINI, Sandra C. A., Org., RAMBELLI, Gilson., Org. *Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; Fapesp. Campinas: NEPAM, 2009, p. 219 - 242.
- RIBEIRO, Sidnei Lopes; ZAMPIN, Ivan Carlos. A pressão urbana nas bordas da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, em Rio Claro (SP). *Revista Gestão em Foco*. No.9, p.193-210, 2017.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado*. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969–1987. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- ROSA, Ádima D. O Processo de Privatização da FEPASA na Década de 90. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, no. 3, 2004.
- RUBIO, Roberto Aparecido Garcia. *Evolução física de plano de manejo: um estudo de caso, a FEENA - Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade*. 83 f., 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade de Taubaté, Taubaté.
- SÃO PAULO. Estado de São Paulo. 1974. *Sinopse de Estatística*, Município de Rio Claro.
- SÃO PAULO. 2002. Decreto no. 46.819/2002, que transformou o Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade” em Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” FEENA, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, prevista na Lei Federal no. 9.985/2000, sob a administração do Instituto Florestal, órgão da Secretaria do Estado de Meio Ambiente.
- SÃO PAULO (ESTADO). 2005. *Plano de Manejo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Rio Claro*.
- SANTOS, Fábio Alexandre. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Campinas, SP: [s.n.], 2000. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas., Campinas.
- SARTI, Antônio Carlos. *Propostas para delimitação de um parque peri-urbano para a cidade de Rio Claro (SP)*. 283 f. 2001. Dissertação (Mestrado). Centro de Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- SECRETARIA DE CULTURA. Resolução de tombamento n.04 – Horto e Museu Edmundo Navarro de Andrade. CONDEPHAAT, São Paulo, 1977.
- SELINGARD-SAMPAIO, Silvia. O Passado e a Geografia: O Espaço Urbano de Rio Claro e os Testemunhos Concretos de Atividades Industriais Pretéritas. *Revista do Arquivo*, Rio Claro, no.06, p. 5-9, out/ 2006.
- TROPMAIR, Helmut. *Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro*, 1992.
- \_\_\_\_\_. Aspectos históricos e geográficos de Rio Claro. Rio Claro. In: *Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”*, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.



WORSTER, Donald. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história*. In *Ambiente & Sociedade*, vol. VI, no. 1, p. 23-44, 2003.

\_\_\_\_\_. Para fazer história ambiental. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, no.8, p. 198-215, 1991.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 137-152, 2009.

Artigo recebido em 23/10/2021 e aprovado em 19/02/2021